

# DE 1937 A 1951

Desde as quinze horas de 31 de janeiro, é o Sr. Getúlio Vargas presidente da República. Pela quarta vez ocupa o posto eminentíssimo. Da primeira, foi levantado nos braços de uma revolução, que tanto prometia e tanto faltou. Ungiu-o a vitória das armas. Da segunda, fez-se eleger legalmente pelo Congresso Nacional, estando no governo, êle que se insurgira contra a prática de indicar o presidente o próprio sucessor. Incidiu no mesmo vício contra o qual levantara a sua candidatura, em 1929. Da terceira, valeu-se de um golpe de Estado, para continuar no poder, que lhe caberia entregar alguns meses depois ao sucessor que a Nação escolhesse. Foi o Estado Novo, que extinguiu o regime democrático no País. Agora, volta ao poder, pelo voto livre, mas pouco consciente do povo.

Das quatro investiduras, é a última a menos discutível. O sr. Getúlio Vargas foi lisa e legalmente eleito. Não obteve a maioria absoluta, como exigiria a índole do regime e se esqueceu de estipular a Constituição, mas alcançou uma avantajada maioria relativa, bastante a demonstrar a base popular da sua candidatura. Ninguém poderá contestar, em sã consciência, ter o antigo ditador obtido o sufrágio de quase a metade dos votantes.

Foi, inegavelmente, um belo espetáculo o da eleição de 3 de outubro, embora catastróficas lhe possam vir a ser as consequências. Os seus prognósticos lúgubres e as suas previsões funestas (dos profetas de calamidades e fal-

sas pastores) não se confirmaram — disse o sr. Getúlio Vargas no discurso de posse. A eleição de 3 de outubro desmentiu os seus pressagios e também os argumentos engendrados, que apenas escondiam os receios de uma competição livre que permitisse ao povo exprimir escolha e a preferência. A ordem não foi perturbada. Os poderes públicos permaneceram nos limites constitucionais e não precisaram extravar para os recursos das medidas de exceção. A Nação não interrompeu o ritmo dos seus trabalhos e atividades. O Governo Federal, os órgãos da magistratura e as Forças Armadas merecem louvores pela sua contribuição para a lisura, a liberdade e a tranquilidade da propaganda e do pleito.

Aqui está, pois, reconhecida e apreçoada a benemerência do governo que, apesar dos «profissionais da desordem», dos «conspiradores impenitentes» e dos «inimigos da paz social», soube presidir a uma eleição e dar posse aos eleitos. Ter sabido resistir às incitações e provocações é, efetivamente, o melhor, senão o único título de glória do Presidente Dutra.



RAUL PILLA

Entretanto, há treze anos, aprestava-se a Nação a eleger o seu presidente. Havia dois candidatos: Armando Sales e José Américo de Almeida. Desenvolvia-se normalmente a propaganda. Não se conheciam «profissionais da desordem», «conspiradores impenitentes», «inimigos da paz social», que desejassem a aventura, o terror, a violência, ou a demagogia». O processo eleitoral estabelecido pelo Código Assis Brasil oferecia ainda maiores garantias de lisura que a lei atual. Apesar disto, não houve eleição. Não houve eleição, porque não o quis o sr. Getúlio Vargas. Em vez de eleição, deu-nos uma ditadura fascistoide, que, muito mais que materialmente, arruinou moralmente o Brasil.

Este é o abismo aberto agora entre Eurico Dutra, que apesar dos seus funestos precedentes, soube, em 1950, presidir uma eleição e entregar o governo ao eleito, e o sr. Getúlio Vargas que, não obstante os solenes compromissos da Campanha Liberal e da Revolução de outubro, subtraiu à Nação a prerrogativa, de que agora tão injustamente se beneficia. Resgatará o novo presidente, na ocasião oportuna, a sua culpa, como fez o sr. Eurico Dutra, presidindo também uma eleição livre?

Esta é a dúvida que convem manter viva, para que a Nação vigie e não se deixe colher desprevenida, adormecendo com a cantiga que agora são diferentes as condições do país e do mundo e não mais é possível um golpe.